ISSN: 2358-8829

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES SOB A LÓGICA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM SALVADOR

Anuska Andréia de Sousa Silva [1]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um Relato de Experiência a partir da minha atuação como Coordenadora de Formação Continuada da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Salvador. Desde meados de 2024 que estamos tentando criar uma Política Formativa de Rede a partir do nosso material estruturado "Nossa Rede" elaborado de forma colaborativa em parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP), mas sem grandes avanços significativos. O material estruturado "Nossa Rede" é composto de: Referencial Curricular Municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Cadernos Pedagógicos de Língua Portuguesa; Cadernos Pedagógicos de Matemática; e Cadernos Pedagógicos de Ciências Humanas e da Natureza. A produção dos Cadernos Pedagógicos foi por ano de escolarização cujo objetivo é apoiar o trabalho do professor em sala de aula. Nesses Cadernos Pedagógicos há em sua grande maioria sequências didáticas para serem trabalhadas com os alunos durante o ano letivo em articulação com outras modalidades organizativas do trabalho pedagógico como Atividades Permanentes, Atividades Ocasionais e Projetos Didáticos de acordo com o currículo escolar da Rede.

Nessa conjuntura, o objetivo deste Relato de Experiência é refletir sobre os desafios encontrados na oferta de formação continuada para os professores do Ciclo de Alfabetização no contexto das avaliações em larga escala. Compreendemos que há outros formatos mais adequados de proposta formativa para auxiliar o professor a repensar sua prática pedagógica, porém o foco está recaindo apenas no trabalho a partir dos resultados das avaliações externas. Acreditamos que esse recorte está dificultando o crescimento da Rede no que se refere a aprendizagem dos alunos, por não considerar o currículo mais amplo que deveria está sendo trabalhado em detrimento da seleção do que é cobrado nas avaliações externas.

[1] Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pós-graduanda em Alfabetização: relação entre ensino e aprendizagem no Instituto Vera Cruz, anuska@ufba.br.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para verificar se a hipótese levantada é verídica, fizemos o levantamento dos documentos institucionais da Rede no que tange as ações em torno da alfabetização nas duas últimas gestões municipais: 1ª gestão de Bruno Reis (2021 – 2024) e 2ª gestão (2025 – 2028). O levantamento resultou na lista que segue abaixo:

Tabela 01 - Lista de documentos analisados

Nome do documento	Ano de publicação	Quantidade de páginas
Portaria nº 082/2021. Institui o Programa Aprender pra Valer que dispõe sobre a alfabetização nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador e dá outras providências.	2021	01
Plano Estratégico de Salvador 2021 - 2024	2021	93
Plano Estratégico 2025 -2028	2025	72
Portaria nº 724. Define a estrutura curricular e organização do funcionamento das unidades da Rede Pública Municipal de Ensino do Salvador, da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Integral e Educação de Jovens e Adultos.	2025	05
Decreto nº 40.771 de 07 de outubro de 2025. Institui o Programa Municipal de Alfabetização de Salvador - Nossa Rede Alfabetiza, na Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências.	2025	11
Lei complementar nº 095/2026. Dispõe sobre a destinação da primeira parcela recebida pelo Município de Salvador, neste ano de 2026, em razão de precatório judicial, a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, aos profissionais do Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.	2026	02
Edital nº 03/2026. Chamamento público para seleção de experiências e práticas inspiradoras de alfabetização e letramento desenvolvidas por profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Salvador.	2026	05

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Após o levantamento realizamos uma análise documental, observando as metas, programas e projetos desenvolvidos pela SMED com foco no processo de alfabetização. O objetivo foi extrair as metas quantitativas e qualitativas da gestão para que a formação não caminhe desalinhada do município e não permaneça no âmbito das avaliações externas, bem como compreender que ações estão sendo desenvolvidas para que as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano de escolarização.

Essa análise também teve o objetivo de verificar se as ações e programas desenvolidos pela SMED estão resultando em real aprendizagem dos alunos. Para isso, fizemos uma linha histórica das metas previstas e dos Indicadores Criança Alfabetizada obtidos pelo município do Salvador no período de 2023 até 2025.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Observamos no cenário educacional, nos últimos 20 anos, a criação de programas voltados para a formação de professores, com foco na melhoria da alfabetização das crianças brasileiras. Nestas duas décadas, destacamos 5 (cinco) grandes políticas educacionais que deixaram legados até a formulação do atual programa de alfabetização, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA): Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (2000), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012), Programa Mais Alfabetização (2018) e Política Nacional de Alfabetização (2019).

Constatamos que todos os programas gestados em âmbito nacional possuíam como uma das linhas de atuação a formação de professores. Já é do entendimento de todos que, para o sucesso de qualquer política pública educacional, é necessário o investimento na formação dos profissionais envolvidos. Nessa conjuntura, é notório que a formação de professores assume papel central nas políticas contemporâneas de alfabetização, sendo compreendida como componente estruturante da qualidade social da educação e como espaço privilegiado para o desenvolvimento profissional docente.

No CNCA, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, essa centralidade se materializa no Eixo II – Formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas, que reconhece que a garantia do direito à alfabetização na idade certa depende diretamente das condições institucionais e pedagógicas que sustentam os processos formativos nos sistemas de ensino.

Acompanhando o movimento nacional o município de Salvador fez adesão ao CNCA e realizou em 2025 um primeiro ciclo formativo de professores com foco na alfabetização através do regime de colaboração com o Estado, tendo como instituição formadora a Universidade do Estado da Bahia (Uneb). É importante frisar que no ano letivo de 2026, não houve a continuidade da oferta. Enquanto isso, Salvador executa seus processos formativos a partir dos resultados das avaliações realizadas.

Para apoiar a organização dos nossos processos formativos nos baseamos em Tardif (2012) ao compreender os saberes docentes como “[...] um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional

e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais [...] (p.36). Para compreender melhor esse processo, o autor detalha esses saberes em quatro categorias (Tardif, 2012):

- **Saberes da formação profissional** (ciências da educação e saberes pedagógicos) são aqueles transmitidos pelas instituições de formação de professores.
- **Saberes disciplinares** são os que correspondem aos diversos campos do conhecimento (como a Matemática, a História, a Literatura), integrados pelas universidades no formato de componentes curriculares.
- **Saberes curriculares** são os programas, manuais, diretrizes e objetivos que a escola/sistema de ensino estabelece que o professor deve seguir enquanto orientações curriculares.
- **Saberes experienciais** são aqueles desenvolvidos pelo próprio professor no cotidiano do seu trabalho, baseados no exercício das suas funções e na prática diária na sala de aula.

Pensando nesse cenário dos saberes docentes, é inevitável a discussão sobre o papel da formação inicial e continuada para os professores, principalmente por compreendermos que há um distanciamento da formação inicial para os reais desafios da prática docente. Logo, acreditamos que essa compreensão precisa ser articulada já que a formação continuada pode ser entendida como um processo de aperfeiçoamento profissional desenvolvido ao longo da carreira docente. Nos arriscamos a entender que os saberes da formação profissional e os saberes disciplinares são geralmente trabalhados na formação inicial, enquanto os curriculares e experienciais na formação continuada. Não podemos deixar de considerar que parte dos saberes vinculados à formação inicial nem sempre são garantidos nessa etapa, o que aumenta os desafios dos programas de formação continuada.

Como o foco do presente trabalho é sobre os Professores Alfabetizadores, há outras questões que merecem reflexão no que tange aos processos de formação continuada desses profissionais. Um desses aspectos é o que Tardif (2012) intitula de saberes curriculares. Para que esses profissionais consigam desenvolver um bom trabalho há um conjunto de saberes que precisam ser aprendidos após o ingresso na Rede que irá atuar. Parte desses saberes, deveriam ser desenvolvidos na formação

inicial, como as concepções de alfabetização existentes no Brasil. Outros, como utilizar o material didático adotado pela Rede, esses ficariam à cargo da formação continuada.

É importante destacar que há vários saberes que não foram desenvolvidos na formação inicial e que precisam ser desenvolvidos nos processos de formação continuada. Essa problemática, muitas vezes prolonga o desenvolvimento profissional, pois muitos programas de formação continuada não consideram essa demanda como urgente. Até tentam orientar os professores para que estudem por conta, mas que ao final percebem que se essa complexidade não for incorporada na Política Formativa Continuada, poucos avanços ocorrerão, pois há muitos saberes que dependem de outros saberes anteriores, numa engrenagem similar a um andaime que precisa de sustentação para avançar. Um dos caminhos é a reformulação dos currículos de graduação de Pedagogia e das Licenciaturas, paralelo ao aumento de projetos e programas que coloque o estudante no campo de atuação, seja por meio dos estágios curriculares e ou de atividades curriculares com caráter extensionista e de pesquisa.

Considerando toda essa problemática, precisamos planejar atividades para que esse profissional chamado professor seja considerado em toda sua complexidade e possa nos encontros formativos refletir sobre todos os seus saberes que foram construídos ao longo de sua formação e quando retornarem para seu campo de atuação profissional que é a escola, possa ofertar um ensino de qualidade para seus alunos. Outro ponto importante no processo de planejamento dos encontros formativos é considerar a realidade da sala de aula que os professores vivenciam em seu cotidiano. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que:

> [...] a formação docente deve aproximar-se da prática educativa, pois as situações problemáticas que surgem obrigam o professor a construir o sentido de cada situação de forma ímpar, para assim educar com toda carga de compromisso científico, político, ético e moral e intervir nos diversos quadros educativos e sociais em que se produz à docência (Imbernón, 2011, p.40-41).

Por comungarmos com essa ideia do autor, consideramos de extrema relevância conhecer as reais situações problemáticas vivenciadas pelos professores para que os encontros formativos auxiliem na compreensão dessa conjuntura, permitindo que os

profissionais selecionem as melhores estratégias didáticas para lidar com as questões cotidianas de sala de aula. Nas palavras do autor:

> A formação permanente deve basear-se em uma reflexão dos sujeitos sobre sua própria prática docente, de modo que lhes permita examinar as teorias implícitas, os esquemas de funcionamento, as atitudes... a partir da análise de situações problemáticas e da busca de alternativas (Imbernón, 2011, p.47).

Na contramão das contribuições de Tardif (2012) e Imbernón (2011) o município de Salvador, juntamente com outros sistemas de ensino do Brasil vem adotando práticas formativas muito ancoradas nos resultados das avaliações externas, o que a longo prazo pode gerar consequências para o sistema público de ensino. Essa lógica se ancora no neotecnicismo que se materializa nas políticas educacionais através da responsabilização, meritocracia e privatização (Freitas, 2012). A realização de testes padronizados para os estudantes, a divulgação pública dos resultados do desempenho das escolas e as políticas de recompensas e sanções são as características do sistema da responsabilização, que perpassa também pelo viés meritocrático. Freitas (2012) apresenta algumas das consequências no neotecnicismo que são: estreitamento curricular; competição entre os profissionais e escolas; pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para os testes; fraudes; aumento da segregação socioeconômica no território; aumento da segregação socioeconômica dentro da escola; precarização da formação do professor; destruição moral do professor; destruição do sistema público de ensino; e ameaça à própria noção liberal de democracia. Dentre essas consequências, a que mais nos preocupa no recorte deste trabalho é o estreitamento curricular.

> [...] Quando os testes incluem determinadas disciplinas e deixam outras de fora, os professores tendem a ensinar aquelas disciplinas abordadas nos testes [...]. Avaliações geram tradições. Dirigem o olhar de professores, administradores e estudantes. Se o que é valorizado em um exame são a leitura e a matemática, a isso eles dedicarão sua atenção privilegiada, deixando os outros aspectos formativos de fora [...]. Quais as consequências para a formação da juventude? A escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a efetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (Freitas 2012, p.389).

ISSN: 2358-8829

Para combater e ou amenizar esse efeito do estreitamento do currículo escolar no âmbito das ações formativas ofertadas para os professores alfabetizadores da Rede Municipal Pública de Ensino de Salvador foi que analisamos um conjunto de documentos para verificar se esse caminho formativo está contribuindo para o alcance das metas em torno do Indicador Criança Alfabetizada do município. Na sessão seguinte apresentamos os resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

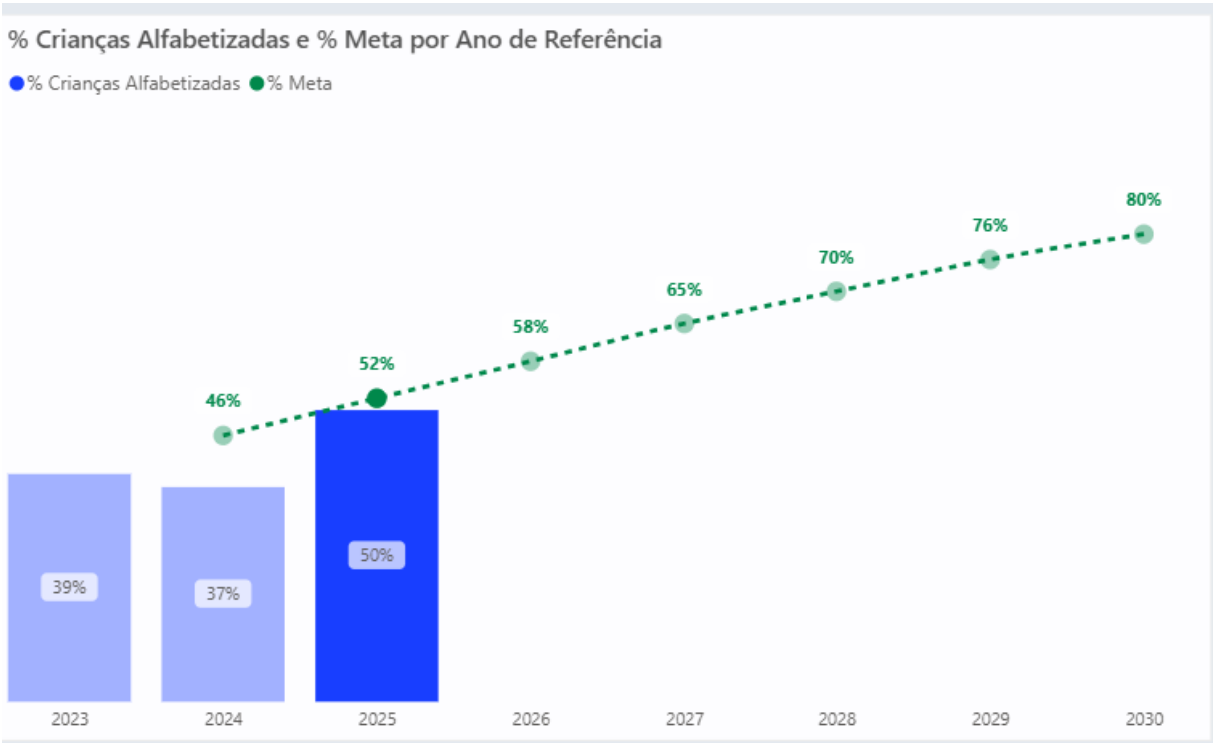
Conforme já informado na sessão da Metodologia, realizamos o levantamento de 07 (sete) documentos institucionais que apresentam as metas, programas e projetos elaborados pela SMED com foco na alfabetização dos alunos até o final do 2º ano de escolarização (Ver Tabela 01 – Lista de documentos analisados).

A análise considerou a ordem cronológica dos documentos, tendo como marco inicial a publicação da Portaria nº 082/2021 que institui o Programa Aprender pra Valer. Consideramos esse documento como o ponto de partida para as mudanças que ocorreriam nos próximos anos no âmbito institucional da Secretaria Municipal de Educação de Salvador.

Essa portaria, com apenas cinco artigos, revelou uma intencionalidade clara do sistema de ensino em torno da alfabetização dos alunos, pois a criação do programa tinha a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas da Rede (Art. 1º). No Art. 2º, destacamos um dos princípios do programa que era ofertar processos formativos para Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores com o propósito de fortalecer as práticas alfabetizadoras na Rede. O último destaque é para um trecho do Art. 4º que organizava o programa em dois grandes eixos. Um deles é a formação continuada para os profissionais que atuam na alfabetização.

Em articulação com esse novo programa, foi elaborado no Planejamento Estratégico de Salvador (2021 - 2024) um projeto intitulado “Aprender pra Valer”. Uma das metas associadas desse projeto era alfabetizar 80% dos alunos no 1º ano e 100% dos alunos até o 2º ano do Ensino Fundamental. Para analisar se o projeto logrou êxito, verificamos o Indicador Criança Alfabetizada do município de Salvador desde 2023, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Indicador Criança Alfabetizada do município de Salvador (2023 - 2025)



Fonte: Painel de Monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2026).

Considerando o resultado de 2024 com apenas 37% de crianças alfabetizadas, Salvador não atingiu a meta projetada do Planejamento Estratégico que era de 100% e nem a meta do Inep que era de 46%. Acreditamos que o município elaborou uma meta muito arrojada para a realidade da Rede. Já o resultado de 2025, apesar também de não atingir a meta do Inep, revelou um crescimento quando comparado com o ano anterior, com um avanço de 13 pontos percentuais.

Pelas ações desenvolvidas pela SMED, observadas nos documentos analisados, consideramos muito tímido esse crescimento e nos arriscamos a afirmar que provavelmente um dos aspectos que está impactando nesse resultado é o foco das ações formativas recair apenas nos resultados das avaliações externas.

Desde 2024 que as ações formativas ofertadas para os professores alfabetizadores segue a lógica das avaliações externas, priorizando o trabalho apenas com os componentes curriculares cobrados nas avaliações externas – Língua Portuguesa e Matemática, o que Freitas (2012) denominou de estreitamento do currículo escolar.

ISSN: 2358-8829

É importante destacar que romper com essa lógica na realização das ações formativas não será suficiente para melhoria dos resultados do Indicador Criança Alfabetizada. Precisamos analisar também que projetos e programas estão sendo desenvolvidos pelo município para garantir a alfabetização na idade certa dos alunos da Rede Municipal.

Nesse sentido, destacamos, a partir dos documentos analisados, quatro ações que foram implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador no segundo mandato do atual prefeito Bruno Reis (2025 - 2028), que consideramos que irá impulsionar os resultados educacionais até o final da segunda gestão municipal, conforme destacamos abaixo:

- **Mudança do Ciclo de Alfabetização** - O currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental era organizado em dois ciclos. Ciclo I do 1º ao 3º ano de escolarização e Ciclo II com o 4º e 5º anos de escolarização. Em 2025 é publicada a Portaria nº 724 que define a estrutura curricular, passando a considerar o Ciclo de Alfabetização apenas os 1º e 2º anos de escolaridade. Consideramos essa mudança positiva, pois segue orientações nacionais que determinam que a alfabetização das crianças deverá acontecer até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
- **Criação da Política Municipal de Alfabetização** - No mesmo ano é criado o Programa Nossa Rede Alfabetiza, impulsionado pelas ações federais, especificamente o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Com esse programa, o município de Salvador elege ações estratégicas tais como, definição de metas para cada Unidade de Ensino, articulação entre as avaliações internas e externas, oferta de processos formativos para os profissionais envolvidos e disponibilização de materiais didáticos com foco na alfabetização (Art. 12).
- **Lei de criação da gratificação do formador** - Desde 2021 com a criação do Programa Aprender pra Valer que Salvador montou uma equipe de formadores municipais (professores e coordenadores pedagógicos) para ministrar formação para os profissionais envolvidos com a alfabetização. Em 2023 foi publicado a lei nº 9.712 /2023 que dentre outras ações cria a gratificação para o formador no valor de

R$1.000,00 (Hum mil reais). Em 2026 essa lei foi alterada (Lei complementar nº 095/2026) permitindo que o profissional que for exercer a função de formador possa atuar 20h. Mesmo que essa lei não esteja sendo aplicada na prática, pois depende de uma regulamentação, consideramos como ponto positivo que demonstra a preocupação da Rede Municipal em valorizar o profissional que exerce a função de formador.

- **Publicação de edital para seleção de experiências e práticas inspiradoras de alfabetização e letramento** - O reconhecimento de experiências inovadoras é uma das diretrizes do Programa Nossa Rede Alfabetiza, mas pela importância da ação, acreditamos ser relevante destacar essa iniciativa como uma das que irão impulsionar a melhoria do Indicador Criança Alfabetizada por perpassar pela valorização profissional, além do caráter de divulgação das práticas exitosas em torno da alfabetização.

No novo Planejamento Estratégico (2025 - 2028) observamos uma meta mais atingível: Alfabetizar 77% dos alunos até o 2º ano do Ensino Fundamental (Salvador, 2025). Vale destacar que esta meta desta vez está associada ao projeto intitulado "Nossa Rede Alfabetiza", Programa Municipal de Alfabetização de Salvador, instituído pelo decreto nº 40.771 de 07 de outubro de 2025.

Análises futuras poderão verificar se essas ações contribuirão para o aumento do número de crianças matriculadas na Rede Municipal de Educação de Salvador no 2º ano de escolarização, com o atingimento da meta de 77% de alunos alfabetizados até 2028.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os principais achados da análise documental destacamos que as duas últimas gestões municipais estão realmente empenhadas em melhorar os resultados da alfabetização das crianças que estudam na Nossa Rede. Exemplos disso são as criações de uma Política Municipal de Alfabetização – Nossa Rede Alfabetiza – bem como publicação de legislação que cria incentivo financeiro para os profissionais que atuam nos processos da oferta formativa, apenas como exemplos.

Consideramos que o primeiro passo já foi dado ao criar de forma institucional programas e projetos com foco na alfabetização. Após a análise dos documentos, recomendamos que o município reveja com urgência as ações praticadas no contexto das políticas formativas para os professores do Ciclo de Alfabetização, por apresentar de forma contundente as características da responsabilização no âmbito do neotecnicismo.

A primeira característica a ser combatida é olhar apenas para o que é cobrado nas avaliações externas (Língua Portuguesa e Matemática) em detrimento do currículo escolar mais amplo, que garante o desenvolvimento pleno dos alunos.

Como sugestão, indicamos que no primeiro semestre de 2027 os professores vivenciem processos formativos a partir do currículo escolar Nossa Rede, e só a partir do segundo semestre, que outros processos formativos sejam ofertados de forma concomitante apenas para os profissionais que demonstrarem necessitar de auxílio mais específico sobre as habilidades cobradas nas avaliações externas. Essa proposição não é ainda o que consideramos mais adequado, mas já ameniza o foco que a SMED ainda está dando as avaliações externas.

Outra possibilidade é planejar junto com os professores alfabetizadores as temáticas desejadas para serem tratadas nos encontros formativos a partir das demandas de cada turma. Consideramos essa proposta mais inovadora e mais difícil de se concretizar na atual gestão municipal, mas precisamos tensionar para que, pelo menos, parte da pauta formativa seja dedicada ao perfil da turma. Vale destacar que no presente ano letivo tentamos dedicar uma hora de cada encontro presencial para as demandas que partissem da turma. Infelizmente não conseguimos atingir nosso objetivo, pois os professores não conseguiram identificar suas lacunas formativas.

Palavras-chave: Formação de Professores, Formação Continuada, Ciclo de Alfabetização, Avaliação em Larga Escala.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da verificação do mérito à inculcação do comportamento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-398, abr./jun. 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
LONGAREZI, Andrea Maturano; SILVA, Jorge Luiz da. Pesquisa-formação: um olhar para sua constituição conceitual e política. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 13, n. 3, p. 214-225, set./dez. 2013.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 40.771, de 07 de outubro de 2025**. Institui o Programa Municipal de Alfabetização de Salvador - Nossa Rede Alfabetiza, na Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial do Município, 2025.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Lei complementar nº 095/2026**. Dispõe sobre a destinação da primeira parcela recebida pelo Município de Salvador [...] aos profissionais do Magistério da Educação Básica, e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial do Município, 2026.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Plano Estratégico de Salvador 2021-2024**. Salvador: SEGOV, 2021.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Plano Estratégico 2025-2028**. Salvador: SEGOV, 2025.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. **Edital nº 03/2026**. Chamamento público para seleção de experiências e práticas inspiradoras de alfabetização e letramento desenvolvidas por profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Salvador. Salvador: SMED, 2026.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. **Portaria nº 082/2021**. Institui o Programa Aprender pra Valer que dispõe sobre a alfabetização nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador e dá outras providências. Salvador: SMED, 2021.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. **Portaria nº 724/2025**. Define a estrutura curricular e organização do funcionamento das unidades da Rede Pública Municipal de Ensino do Salvador. Salvador: SMED, 2025.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. **Referencial Curricular Municipal para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: Nossa Rede. Salvador: SMED, 2020. Disponível em: http://educacao3.salvador.ba.gov.br/pdf_nossa_rede_2020/referenciais/fundamental/iniciais/Referencial Curricular Municipal para os anos iniciais do EF_novo.pdf. Acesso em: 31 maio 2026.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.